



"A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU"

Quézia Souza Leite Silva
Amanda Santos Vargas

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 9º Área de Pesquisa: Música, Cultura, Educação

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa aplicada, descritiva, exploratória e documental com o objetivo de entender a influência da música na educação infantil e a existência de legislação que assegure isso como um direito. O estudo foi conduzido em três etapas: revisão bibliográfica, análise da legislação brasileira quanto à obrigatoriedade do ensino de música nos primeiros anos de educação infantil e levantamento de dados em escolas do perímetro urbano de Manhuaçu, MG. A revisão bibliográfica abrangeu livros, artigos, dissertações e teses sobre a importância e os efeitos da música no desenvolvimento infantil. Na análise legislativa, verificou-se a implementação da Lei nº 11.769, que torna obrigatório o ensino de música nas escolas. O levantamento de campo envolveu 18 escolas municipais e privadas que oferecem educação infantil, buscando identificar como o ensino de música é estruturado e quem são os responsáveis pela sua execução. Diante das análises realizadas observou-se a importância da música para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, e como resultado foi identificado a necessidade de políticas públicas que garantam a formação adequada de professores de música e a implementação efetiva da lei. Conclui-se que, apesar dos benefícios comprovados da educação musical, há uma disparidade significativa na aplicação prática entre as escolas públicas e privadas, evidenciando a necessidade de um esforço conjunto para proporcionar uma educação musical de qualidade para todas as crianças.

Palavras-chave: Música, Escola, Cultura, Educação.

1. INTRODUÇÃO

Há cerca de 200 anos, o escritor Henry Wadsworth Longfellow expressou poeticamente que “a música é a linguagem universal da humanidade”. A palavra música vem do termo grego *musiké*, que significa arte para as musas. Desde os primeiros acordes entoados pelos povos ancestrais até as *playlists* personalizadas dos dias atuais, a música desempenha um papel fundamental na vida das pessoas. “[...] A música, enquanto linguagem, opera como mecanismo transmissor de valores, costumes, regras morais, crenças.” (MELO, 2021).

Para além do entretenimento a música contribui para o desenvolvimento neurológico, junto as emoções e o comportamento. Por meio de diversas experiências musicais, ocorrem estímulos que traz a percepção sobre as diferenças entre ritmos, estilos e letras. Esse processo melhora nossa concentração, ativa nossa

memória e apura nossa audição. A música transcende barreiras culturais e conecta a humanidade de maneira e emocional (ROCHA, 2013).

Durante a infância, as crianças estão altamente receptivas a aprendizagens e passam por um intenso desenvolvimento neurológico. Nessa fase, ocorre a formação de sinapses e conexões entre os neurônios, ampliando a capacidade do cérebro. A música desempenha um papel crucial nesse processo, ativando os circuitos cerebrais. Quanto mais cedo a criança entra em contato com a música, maior é o conhecimento armazenado em sua memória sonora. Esse fato favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas e motoras, contribuindo para a formação da personalidade, caráter e atitudes comportamentais (MELO, et al., 2009).

No Brasil a Lei de nº 11.769/2008 estabeleceu a música como conteúdo curricular obrigatório como parte do ensino de arte estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 2008).

Reconhecendo a importância da música como parte essencial da formação educacional, e, que promove o desenvolvimento cultural, criativo e emocional dos estudantes, a presente pesquisa tem como objetivo investigar se no contexto da educação do ensino infantil, na cidade de Manhuaçu é aplicada a Lei 11.769, que trata da inserção da música na educação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1 O efeito da música no cérebro

A neuropsicologia é uma disciplina que se concentra na investigação das funções cerebrais e do comportamento humano. Ela explora os aspectos cognitivos (como memória, atenção, linguagem e raciocínio) e os comportamentais (como emoções, personalidade e habilidades sociais) de indivíduos. Essa área de estudo é fundamental para compreender como o cérebro influencia nosso pensamento, emoções e ações.

Durante o século XX, os estudos neuropsicológicos concentraram-se principalmente na linguagem. Os pesquisadores investigaram transtornos relacionados à linguagem e lesões cerebrais, buscando compreender os mecanismos subjacentes e suas implicações clínicas. Essa abordagem permitiu avanços significativos na compreensão das funções cerebrais e suas relações com a linguagem humana (MUSZKAT; CORREIA & CAMPOS, 2000).

No século XXI é possível ver um notável avanço na área da neurociência, com pesquisas em andamento para compreender o funcionamento da mente humana em situações normais e atípicas de desenvolvimento (SAMPAIO; LOUREIRO; GOMES, 2015).

Segundo Muszkat (2008), pesquisas em pacientes com lesão cerebral têm revelado descobertas intrigantes: a perda da função verbal (conhecida como afasia) não necessariamente se correlaciona com a perda das funções musicais (conhecida como amusia). Essa observação sugere uma autonomia funcional entre os sistemas neuropsicológicos envolvidos na comunicação verbal e musical. Essa independência funcional entre os sistemas verbais e musicais destaca a complexidade da

organização cerebral e a diversidade de habilidades cognitivas. A pesquisa contínua nessa área nos ajuda a compreender melhor como o cérebro processa diferentes formas de comunicação e expressão.

Na década de 2000, os estudos interdisciplinares entre música e neurociência têm proporcionado avanços significativos na compreensão das bases neurobiológicas envolvidas no processamento musical no cérebro humano. Essa área de pesquisa visa desvendar os mecanismos subjacentes à percepção, interpretação, apreensão e comando da música, bem como investigar os processos cognitivos e emocionais relacionados à experiência musical (MUSZKAT, 2008).

A neurociência dedica-se à compreensão do sistema nervoso, sendo um campo em constante evolução por meio de pesquisas e estudos que buscam desvendar os mistérios do cérebro (LURIA 1981; LUNDY-EKMAN, 2008).

A neurociência cognitiva é uma subárea da neurociência que se concentra principalmente no estudo das funções mentais mais complexas, como linguagem e memória. Compreender o funcionamento do cérebro, especialmente em relação aos aspectos cognitivos, nos permite entender melhor o processo de aprendizagem e identificar os fatores que podem impactá-lo positivamente (CARVALHO, 2011).

O processamento da música é feito de forma distribuída pelo cérebro, envolvendo várias áreas cerebrais ativadas durante a percepção musical. Em estudos conduzidos no Instituto de Fisiologia da Música e da Medicina da Arte, em Hannover, na Alemanha, indicam que o lado esquerdo do cérebro lida com elementos básicos, como intervalos musicais e ritmos, enquanto o lado direito está relacionado ao reconhecimento de características como métrica e contorno melódico (WEIGSDING E BARBOSA, 2015).

A música tem a capacidade de transcender as palavras, afetando e desencadeando as emoções emoções mais complexas. Essa experiência vai além da mera audição e envolve uma intrincada rede de atividades cerebrais. A música ativa áreas sensoriais do cérebro, permitindo que percebemos nuances como melodia, harmonia e ritmo, o giro temporal superior e o córtex auditivo são cruciais nesse processo (MUSZKAT, 2008).

Quando se ouve uma música que se ama, áreas como a área tegumentar ventral são ativadas, liberação de dopamina no córtex pré-frontal nos proporciona uma sensação de bem-estar. O sistema límbico é responsável pela autorregulação emocional, o que faz com que a música gere sensações prazerosas quando é ativada essa região. A riqueza única das emoções musicais reside na interação complexa entre nossos sentidos, memórias, recompensas e emoções (MUSZKAT, 2008).

2.1.2 A música na educação

A música desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, mesmo antes de aprenderem a ler e escrever. Desde o ventre materno, a música já está presente, e essa conexão continua ao longo da infância. Nas brincadeiras, assim como em diversas outras atividades, as crianças usam a música para expressar emoções, estabelecer regras, criar laços sociais e se divertir. Esses exemplos ilustram a relevância da música na educação infantil, tanto na escola quanto em casa (CRUZ; et al, 2023).

Ainda segundo Cruz (2023), a música também permite que as crianças interajam com o mundo adulto, incluindo pais, avós e outras fontes como televisão e

rádio, que fazem parte do cotidiano delas e contribuem para a formação de um repertório inicial no universo sonoro. Por meio de brincadeiras, as crianças fazem demonstrações espontâneas, seja em família ou com a intervenção de professores na escola, o que possibilita a familiarização delas com a música.

Para Chiarelli (2005), a música desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da inteligência e na interação social das crianças, além de contribuir para a harmonia pessoal. Ela facilita a integração e a inclusão. Na educação, a música é considerada essencial, tanto como atividade em si quanto como instrumento para a interdisciplinaridade na educação infantil. Além disso, oferece valiosas sugestões de atividades nesse contexto.

O trabalho com a musicalização infantil na escola proporciona ao aluno o desenvolvimento da percepção sensitiva em relação aos parâmetros sonoros, como altura, timbre, intensidade e duração. Além disso, contribui para o controle rítmico-motor, beneficia o uso da voz falada e cantada, estimula a criatividade em diversas áreas, promove o desenvolvimento das percepções auditiva, visual e tátil, e aumenta a concentração, a atenção, o raciocínio, a memória, a associação, a dissociação, a codificação e a decodificação (GOHN; STAVRACAS, 2010).

De acordo com Brito (2003), a música, para atingir seus objetivos, deve ser abordada de diversas formas, como por meio de exercícios de pulsação, exploração dos parâmetros sonoros, prática do canto, uso de parlendas, brincadeiras cantadas e sonorização de histórias. Essa abordagem visa ao desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, a criança deve compreender a linguagem musical a partir de suas próprias experiências, permitindo que ela observe o mundo e se expresse de forma criativa. Além disso, é importante que a criança perceba as significações presentes em seu meio, construindo seu pensamento por meio das interações musicais e compreendendo as diversas manifestações musicais. Dessa forma, a linguagem musical influencia os sujeitos em termos de percepção, ação e pensamento, contribuindo para a formação integral da criança por meio da música.

A música, quando utilizada como atividade ou como instrumento interdisciplinar, representa um excelente recurso para o desenvolvimento infantil. Ela torna a aprendizagem prazerosa e estimulante, contribuindo para que as crianças se tornem cidadãos críticos e capazes de resolver os problemas do cotidiano. Ao adotar a música como recurso didático, o professor cria um ambiente escolar agradável, utilizando-a como uma ferramenta que auxilia na socialização das crianças em seu grupo escolar (OLIVEIRA, et al, 2020).

2.1.3 Lei nº11.769/2008

Segundo o Portal do MEC – Ministério da Educação e Cultura (2008), que conta de forma resumida como se iniciou o ensino de música no Brasil no século XIX, tudo começou com foco em elementos técnico-musicais como o solfejo, no final da década de 1930, Antônio Sá Pereira e Liddy Chiaffarelli Mignone introduziram métodos inovadores: Sá Pereira promovia a aprendizagem musical por experiência direta, enquanto Chiaffarelli propunha jogos musicais, corporais e o uso de instrumentos de percussão. Nesse período, Heitor Villa-Lobos destacou-se ao apresentar um plano de educação musical em São Paulo em 1927 e, posteriormente, organizou a concentração orfeônica Exortação Cívica. O presidente Getúlio Vargas então instituiu a obrigatoriedade do ensino de canto nas escolas e estabeleceu o curso de pedagogia de música e canto no ano de 1932.

Alguns anos depois, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro impulsionaram o ensino da música na Universidade de Brasília (UnB) ao valorizar a experimentação e a preservação da "inocência criativa das crianças". Na década de 1980, a criação da Associação Brasileira de Educação Musical e da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace) foram fundamentais para a formação de professores em várias universidades. A partir da década de 1990, o ensino de artes passou a abordar as diferenças de raça, etnia, religião, classe social, gênero, opções性uais e outras culturas, promovendo valores estéticos mais democráticos.

Em agosto de 2008 foi aprovada a Lei de nº 11.769/08 que estabelece que a partir da data de publicação do decreto, a música passa a ser conteúdo curricular obrigatório como parte do ensino de arte estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996), alterando a Lei 9. 394, de 20 de Dezembro de 1996. Desde a promulgação da Lei nº 11.769/08, diversas instâncias educacionais têm empreendido esforços variados para aderir a essa regulamentação curricular. Embora se possa perceber que tal adesão tem sido gradual em várias regiões do território nacional, é imperativo obter uma compreensão mais precisa da implementação do ensino musical no currículo das instituições de ensino brasileiras após a promulgação da referida lei.

A Lei nº 13.278/16, aprovada em 2 de maio de 2016, modificou o parágrafo 6º do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, abordando o ensino de arte, onde as artes visuais, a dança, a música e o teatro passaram a ser as linguagens integrantes do componente curricular, substituindo assim a Lei 11.769/08. Embora esta última tenha sido revogada pela nova legislação, a música permanece presente nas diretrizes curriculares nacionais, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica (BRASIL, 2016b). Portanto, os resultados dos dados em questão podem contribuir para o debate acerca do ensino de música no contexto escolar, ao analisar os processos de implementação dessa disciplina em diferentes regiões do Brasil antes da aprovação da Lei 13.278/16.

2.1.4 Os impactos da implementação da Lei nº 11.769/2008:

Segundo Ferreira de Figueiredo e Meurer (2016), a promulgação da Lei nº 11.769/08 evidenciou uma série de desafios a serem enfrentados no âmbito da educação musical brasileira. Apesar de estabelecer explicitamente a inclusão da música no currículo escolar, diversas interpretações têm sido adotadas em diferentes contextos, resultando em uma variedade de abordagens em relação à música na formação escolar.

De acordo com a LDB de 1996, o ensino de arte foi estabelecido como obrigatório, mas sem especificar quais artes deveriam ser incluídas, deixando essa definição para os sistemas educacionais. No entanto, a Lei 11.769/08 determinou a inclusão obrigatória da música no currículo de artes, sendo essa a única área explicitamente definida a partir de 2008 (BRASIL, 2008).

Assim sendo a Lei 11.769/08 não torna a música uma disciplina obrigatória, mas sim um conteúdo obrigatório dentro da Educação Artística. Isso gera incertezas sobre o que deve ser ensinado em música no contexto educacional, devido à integração das artes em uma única disciplina (SILVA, 2022).

Silva (2022) ainda destaca que, apesar da legislação que torna a educação musical um conteúdo obrigatório, algumas escolas ainda incluem na disciplina de Educação Artística, minimizando seu ensino específico. Além disso, tanto o setor público quanto o privado têm negligenciado a contratação de profissionais de música, substituindo-os por professores de artes para suprir essa necessidade. A Lei 11.769/08 exigiria uma adaptação das escolas a esse novo paradigma, o que não ocorreu, e a ausência de vagas para professores de música em concursos públicos tem gerado dificuldades para a inclusão desses profissionais no contexto escolar.

Os cursos de formação de professores geralmente não incluem a música em suas disciplinas. Um exemplo disso é o curso de pedagogia a UNESP (Universidade Estadual de São Paulo), cujo currículo reformulado recentemente não aborda o ensino de música em nenhuma faixa etária. Na prática, alguns professores trabalham com música ou atividades similares por iniciativa própria, reconhecendo sua contribuição para o desenvolvimento infantil, e não com base em um embasamento teórico (CRUZ, et al. 2023).

De acordo com Del Ben e Diniz (2006) diversos fatores dificultam a inclusão da música nas escolas, sendo o principal deles possivelmente a formação e a capacitação inadequadas dos professores especialistas na área. Os autores ainda afirmam que, apesar das professoras buscarem autonomamente ampliar sua formação e fundamentar seu trabalho, elas o fazem de maneira isolada. No entanto, para melhorar e fortalecer a educação musical na educação infantil, é necessário que ocorram ações abrangentes, uma vez que o professor é parte de um sistema educacional com princípios comuns a um grande grupo.

2.1.5 O que diz o Referencial curricular nacional para a educação infantil

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil trata das diretrizes para creches, entidades equivalentes e pré-escolas, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais desenvolvidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, conforme as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, este material tem como objetivo auxiliar na realização do trabalho educativo diário com crianças pequenas, sendo assim um material sugestivo e não obrigatório (RCNEI, 1998).

O material aborda a fase de transição de creches e pré-escolas para uma ação integrada que incorpora cuidados essenciais, atividades educativas e brincadeiras das crianças. O Referencial propõe metas de qualidade visando o desenvolvimento integral das identidades infantis e a promoção de seus direitos, contribuindo para a socialização em ambientes que ampliem o conhecimento social e cultural. Elaborado a partir de um amplo debate nacional envolvendo professores e profissionais diversos, o documento busca superar a tradição assistencialista das creches e a antecipação escolar das pré-escolas, servindo como um guia reflexivo sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas, respeitando estilos pedagógicos e a diversidade cultural (RCNEI, 1998).

O objetivo é enriquecer as discussões pedagógicas e apoiar a elaboração de projetos educativos em parceria com famílias e comunidades. (Paulo Renato Souza - Ministro da Educação e do Desporto) (RCNEI, 1998).

A cartilha trás no contexto da educação infantil a música que historicamente tem sido utilizada para atingir diversos objetivos, muitas vezes não relacionados diretamente com o desenvolvimento musical. Em muitos casos, ela é usada como ferramenta para formar hábitos e comportamentos, além de servir para comemorações escolares e memorização de conteúdos. Essas práticas geralmente envolvem canções acompanhadas de gestos mecânicos e estereotipados. A utilização de bandinhas rítmicas com instrumentos de baixa qualidade sonora reforça essa abordagem mecânica, deixando pouco espaço para atividades criativas e expressivas. Apesar de algumas instituições buscarem repensar essas práticas, ainda há uma grande dificuldade em integrar a música de forma significativa no contexto educacional, evidenciando uma defasagem entre o ensino musical e outras áreas do conhecimento (RCNEI, 1998).

A música é muitas vezes tratada como um produto a ser reproduzido, em vez de uma linguagem a ser construída e explorada de maneira criativa e reflexiva. Para uma aprendizagem musical significativa, é importante considerar o contato intuitivo e espontâneo com a música desde a infância, valorizando atividades que estimulem a vivência, percepção e reflexão musical, integrando-as em níveis progressivamente mais elaborados (RCNEI, 1998).

As considerações feitas pelo referencial são que:

Compreende-se a música como linguagem e forma de conhecimento. Presente no cotidiano de modo intenso, no rádio, na TV, em gravações, jingles etc., por meio de brincadeiras e manifestações espontâneas ou pela intervenção do professor ou familiares, além de outras situações de convívio social, a linguagem musical tem estrutura e características próprias, devendo ser considerada como: produção — centrada na experimentação e na imitação, tendo como produtos musicais a interpretação, a improvisação e a composição; apreciação — percepção tanto dos sons e silêncios quanto das estruturas e organizações musicais, buscando desenvolver, por meio do prazer da escuta, a capacidade de observação, análise e reconhecimento; reflexão — sobre questões referentes à organização, criação, produtos e produtores musicais (RCNEI, 1998).

A integração do ensino musical às outras áreas de conhecimento é fundamental, pois a música mantém um contato estreito com diversas linguagens expressivas, como movimento, expressão cênica e artes visuais, além de viabilizar a realização de projetos interdisciplinares. É crucial, contudo, que o foco nas questões especificamente musicais não seja negligenciado.

O trabalho com música deve reconhecer que esta é uma forma de expressão e conhecimento acessível a bebês e crianças, inclusive aquelas com necessidades especiais. A linguagem musical contribui significativamente para o desenvolvimento da expressão, equilíbrio, autoestima e autoconhecimento, além de atuar como um poderoso meio de integração social (RCNEI, 1998).

2.2. Metodologia

Este artigo se trata de uma pesquisa aplicada, descritiva, exploratória e documental, desenvolvida, num primeiro momento por meio de revisão bibliográfica, em livros, artigos, dissertações e teses que tratam da importância e os efeitos da

música na educação infantil. Num segundo momento buscou-se averiguar a situação legal no Brasil quanto à obrigatoriedade do ensino da música nos primeiros anos da educação infantil, e por fim, foi realizado um levantamento junto às escolas municipais, tendo em vista que são elas as responsáveis pela educação infantil no Brasil, situadas no perímetro urbano da cidade de Manhuaçu buscando observar se o que recomenda a LDB tornou-se prática nas escolas da cidade.

2.3. Dados e Discussão de Resultados

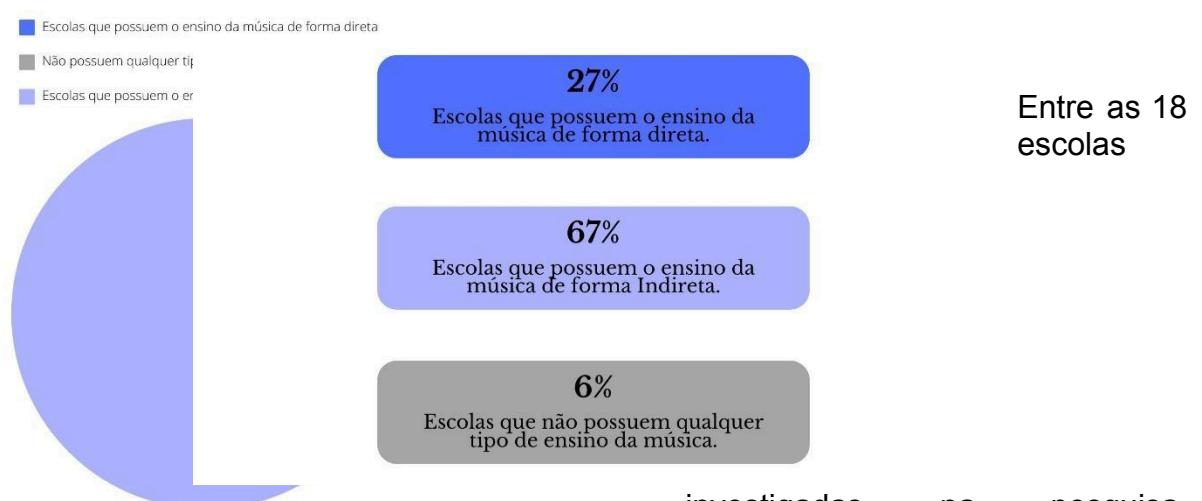
2.3.1. Dados da pesquisa

O estudo foi realizado na cidade de Manhuaçu, Minas Gerais, que possui uma população de 91.886 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) de 28 de junho de 2023. Para o presente estudo, foram selecionadas escolas municipais e privadas situadas no perímetro urbano de Manhuaçu, que oferecem educação infantil para crianças de 4 a 6 anos totalizando 18 escolas.

Para a coleta de dados, foram obtidas informações junto as secretarias das escolas com o objetivo de compreender como o ensino da música é estruturado nessas instituições. Num primeiro momento buscou-se a informação se existe o ensino de música na instituição e de que forma é realizado, de forma direta, como parte integrante da grade curricular, ou de forma indireta, incorporado em outras disciplinas. Além disso, buscou-se identificar o responsável pela instrução do conteúdo, verificando se trata -se de profissional graduado em música ou outra graduação.

O gráfico 01 apresenta os dados obtidos na pesquisa realizada nas 18 escolas de educação infantil mencionadas anteriormente.

Gráfico 01 – Escolas que possuem o ensino da música



investigadas na pesquisa, constatou-se que aproximadamente 27% oferecem ensino musical de forma direta, enquanto 6% não possuem qualquer tipo de ensino de música e 67% oferecem ensino musical de forma indireta, integrando-o em disciplinas como artes ou outras

áreas de ensino. No entanto, apenas 16% dessas instituições contam com um profissional graduado em música para ministrar as aulas. Observou-se também que, dentre as escolas que possuem o ensino de música de forma direta, 100% dessas instituições são privadas.

Esses dados sugerem uma lacuna significativa tanto na implementação da Lei 11.769/08, que obriga o ensino de música nas escolas sem especificar claramente como este deve ser ofertado, quanto na qualificação dos educadores responsáveis pelo ensino musical. Este cenário indica uma área potencial para melhorias, especialmente na formação e contratação de professores especializados em música, visando elevar a qualidade da educação musical nas escolas de ensino infantil, além de mostrar a diferença da qualidade do ensino da música das escolas privadas para as escolas municipais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo evidenciaram a importância da música para o desenvolvimento das crianças na primeira infância, destacando seus benefícios cognitivos, emocionais e sociais. Entretanto, foi constatada uma necessidade urgente de políticas públicas que não apenas revisem a Lei 11.769/08, mas também esclareçam e padronizem o formato correto para a oferta de educação musical na educação infantil.

Atualmente, a aplicação da lei é inconsistente, e muitos sistemas de ensino carecem de diretrizes claras que assegurem a implementação adequada do ensino musical. Além disso, é essencial que políticas públicas incentivem tanto a formação quanto a contratação de professores de música qualificados. A falta de profissionais especializados nas escolas, especialmente nas públicas, compromete a qualidade do ensino e impede que todas as crianças tenham acesso aos benefícios da educação musical.

A discrepância observada entre as escolas privadas e públicas em relação à oferta e à qualidade do ensino musical demonstra a necessidade de um esforço conjunto. Este esforço deve envolver tanto autoridades educacionais quanto instituições de ensino, visando proporcionar uma educação musical de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica.

Portanto, é fundamental que as autoridades educacionais e as instituições de ensino colaborem estreitamente para superar os desafios identificados e promover um ambiente educacional que reconheça e valorize a importância da música. A música não só enriquece a experiência educativa, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral dos alunos, conforme evidenciado pelos resultados deste estudo.

É essencial que haja uma fiscalização rigorosa para garantir a aplicação efetiva da Lei 11.769/08. Somente através de uma legislação clara e de uma implementação eficaz será possível assegurar que todas as crianças tenham acesso à educação musical de qualidade, contribuindo assim para um desenvolvimento mais harmonioso e completo. O reconhecimento e a valorização da música no currículo escolar são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais equilibrada e culturalmente rica.

4. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Bruna Vitória; ROCHA, Hellen Carlinne. Música no dia a dia: A influência no comportamento do individuo. **XIII Encontro de iniciação científica e mostra de pós-graduação**, Campo Real, v. 8, p. 21-25, 1 jan. 2020.

BECKER, Cristiana Veridiana. **Desafios para implementação da Lei nº 11.769 de agosto de 2008 na perspectiva da gestão educacional**. 2013. Monografia de especialização (P[os-graduação em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Tio Hugo, RS, 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/11100-sp-433581153>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.

BRITO, T. A. **Música na educação infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

CARVALHO, F. A. H. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 537-550, 2011.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti; BARRETO, Sidirley de Jesus. **A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser**. 3º edição. Santa Catarina: Revista Recrearte, 2005.

CRUZ, Jarliene Patrício da; et al. A música na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 9, n. 6, p. 3234-3246, 2023.

DINIZ, Lélia Negrini; DEL BEN, Luciana. Música na educação onfantil: um mapeamento das práticas e necessidades de professores da rede municipal de ensino. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, p. 27-37, 2006.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de; MEURER, Rafael Prim. Educação musical no currículo escolar: uma análise dos impactos da Lei nº 11.769/08. **Opus**, v. 22, n. 2, p. 515-542, 2016.

FIGUEIREDO, Sergio L. F.; QUEIROZ, Luiz R. S. Políticas Educacionais e Práticas na Formação de Professores de Música no Brasil. **Anais da 29ª Conferência Mundial ISME em Pequim**, v. 1, p. 1-3, 2010.

GOHN, Maria da Glória; STAVRACAS, Isa. O papel da música na educação infantil. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 85-103, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518580013>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Manhuaçu. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/manhuacu> Acesso em: 24 jun. 2024.

LUNDY-EKMAN L.; **Neurociências: para reabilitação**, 3ed, Rio de Janeiro-RJ, Elsevier, 2008.

LURIA, A. R. **Fundamentos de Neuropsicologia**. Tradução de Juarez Aranha Ricardo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MELO, N. N. M. M.; et al. **A importância da música para o desenvolvimento da criança de educação infantil**. Bahia, 2009.

MELO, Victória Kenely de. **Música, sociabilidade e formação identitária: um estudo da Escola Livre de Música de Redenção**. Redenção, 2021.

MUSZKAT, Mauro; CORREIA, Cleo M. F.; CAMPOS, Sandra M. Música e Neurociências. **Revista de Neurociências**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 70-75, 2000.

OLIVEIRA, Ana Paula Gomes de.; et al. A importância da música na educação infantil. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 46-52, 2020.

OLIVEIRA, Mirian de S. L. et al. **A música na creche**: Os fazeres na educação infantil. Tradução . São Paulo: Cortez, 2011. Acesso em: 25 jun. 2024.

PEREIRA, Luis F. R. **Um movimento na história da educação musical no Brasil: uma análise da campanha pela Lei 11.769/2008**. Dissertação (Mestrado em Música). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

ROCHA, Viviane Cristina da; BOGGIO, Paulo Sérgio. A música por uma óptica neurocientífica. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 27, p. 132-140, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pm/a/4MYkTmWFfsG4P9jfRMdmh4G/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SAMPAIO, R.; LOUREIRO, C; GOMES, C. A Musicoterapia e o Transtorno do Espectro do Autismo: uma abordagem informada pelas neurociências para a prática clínica. **Per musi**, p. 137-170, 2015.

SILVA, Antônio Lisboa da Silva. **Música e autismo**: A mediação da música e suas implicações no contexto da socialização e comunicação de jovens com Perturbação do Espectro Autista. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra , 2022.

WEIGSDING, J.A., BARBOSA, C.P. (2015). A influência da música no comportamento humano. **Arquivo do MUDI**. v.18, n.2 p. 47-62. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br> Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Brasília, DF, 2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de música na educação básica.